

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|---------------------------------|---------|------------|
| REVISÃO CRÍTICA DE "A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL" DE ROSA LUXEMBURG | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Leandro Ramos Pereira | Instituto de Economia – UNICAMP | UNICAMP | Doutorando |
| RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>Este trabalho visou revisitar de forma crítica a obra "A Acumulação de Capital" de Rosa Luxemburg com o intuito de superar interpretações parciais quanto ao conteúdo e aos resultados de suas análises. Buscamos demonstrar que a autora não pode ser enquadrada nos marcos do subconsumismo e que o problema da acumulação desenvolvido nesta obra não pode ser interpretado exclusivamente enquanto um problema de realização ou de demanda efetiva a partir dos esquemas de reprodução de Marx. Defendemos a tese de que seu objeto é a reprodução do capital social total num plano histórico de longa duração; de que a problemática foi construída a partir da crítica à economia política clássica (inclusive aos limites de "O Capital" de Marx) e russa; e de que a necessidade dos mercados externos é colocada como solução a partir do caráter expansivo e antagônico da produção e distribuição da riqueza no capitalismo e das condições históricas da acumulação de capital.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3) | | | |
| Rosa Luxemburg, Reprodução do Capital Social Total, Imperialismo | | | |
| ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>This study aimed to revisit critically the work "The Accumulation of Capital" of Rosa Luxemburg in order to overcome partial interpretations of the content and results of her analyzes. We demonstrate that the author can not be framed in "underconsumptionism" milestones and that the problem of accumulation developed in this work can not be interpreted solely as a realization or effective demand problem from Marx's reproduction schemes. We defend the idea that its object is the reproduction of the total capital in a long term historical duration; that the problem was constructed from the critique of classical political economy (including the limits of "Capital" of Marx) and Russian; and that the need for foreign markets is placed as a solution from the expansive and antagonistic character of production and distribution of wealth in capitalism and the historical conditions of accumulation of capital.</p> | | | |
| KEYWORDS (ATÉ 3) | | | |
| <i>Rosa Luxemburg, Reproduction of Total Social Capital. Imperialism</i> | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| Mercado Mundial, Imperialismo e Luta de Classes | | | |

1. Introdução

A polêmica referente ao conteúdo de “*A Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*” de Rosa Luxemburg tem origem desde a sua publicação, há mais de cem anos atrás (1913). Os debates quanto à validade de suas contribuições no decorrer do século XX foram calorosos. As duras e severas críticas recebidas fizeram sua obra ficar restrita a círculos políticos e teóricos de segunda e terceira ordem¹; Quando muito, foi pontual e parcialmente absorvida, tal como sua contribuição para teoria da demanda efetiva de Kalecki.

No afã de corroborar as teses mais amplamente difundidas sobre o livro, constatamos divergências centrais entre o conteúdo exposto na obra e suas principais interpretações críticas (nacionais e internacionais). Concluímos assim, que tais interpretações eram limitadas e parciais, e que não captavam a profundidade das questões levantadas pela autora, ou as deixavam em suspenso. Podemos apresentar brevemente três exemplos interpretações hegemônicas sobre o livro ou parte de seu conteúdo.

A primeira interpretação que consideramos parcial é aquela que identifica o problema levantado pela autora referente à acumulação de capital apenas enquanto um problema realização, traduzido pelo conceito de demanda efetiva. Destacamos, como principal expoente, Michal Kalecki (1977:15), que descrevera o problema da realização enquanto uma insuficiência de demanda efetiva, cuja solução passaria pela ampliação do gasto autônomo. Traduzindo o problema de demanda efetiva como os de desequilíbrio entre poupança e investimento, e ainda por cima se apoiando em Marx, Joan Robinson (1951:20) afirmou que Rosa Luxemburg não teria levado em conta este aspecto em sua formulação teórica, focando-se apenas no investimento induzido pela renda e poupança, e não no investimento autônomo. Mesmo não utilizando a categoria de demanda efetiva e gasto autônomo, outros autores como Paul Sweezy (1967:231) e Frederico Mazzuchelli (2004:164) também colocaram o problema da realização enquanto o eixo central dos desdobramentos teóricos de sua obra.

Uma das principais polêmicas, constantemente levantada por seus críticos, foi aquela que tentou enquadrar Rosa Luxemburg como uma autora subconsumista. Autores como Ernest Mandel (1982:23), Paul Sweezy (1967:233), Bresser Pereira (1985:152) e Marcelo Carcanholo (2007:03) são exemplos desta análise. Nesta perspectiva, o problema da realização teria como premissa o subconsumo, ou seja, capacidade de limitada de consumo da sociedade capitalista (seja do ponto de vista da distribuição de renda, seja do ponto de vista dos limites de realização social), motivo pelo qual o capital recorreria aos mercados externos.

Outra polêmica constantemente presente quanto ao conteúdo de sua obra refere-se ao uso da autora dos esquemas de reprodução de Marx. Tanto Roman Rosdolsky (2001:407) quanto Mandel

¹ Ver Singer, P., 1984:XLII e Sweezy, P., 1967:235.

(1982:19) e Mazzuchelli (2004:171) criticaram o uso pela autora de tais esquemas para o entendimento do problema da acumulação a partir da insuficiência de realização, uma vez que estes teriam o papel muito específico, no movimento de abstração do livro II de “*O Capital*”, de comprovar a possibilidade teórica tanto da reprodução simples quanto da reprodução ampliada do capital no seu processo de circulação.

Todos estes autores supracitados compartilham, de certa forma, interpretações semelhantes no que se refere à análise da obra de Rosa Luxemburg: criticam a solução apresentada pela autora ao problema da acumulação mediante os mercados externos, com base nos esquemas de reprodução de Marx, destacando a insuficiência de realização da mais-valia no seu movimento expansivo. Pois bem, o objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação alternativa a estas leituras. Buscaremos demonstrar: i) que o problema de Rosa não é de demanda efetiva e de realização em si, mas de reprodução do capital social total, sendo a realização apenas uma parte do problema; ii) que a necessidade de mercados externos não se deve ao problema do subconsumo, mas antes ao antagonismo entre a necessidade da reprodução, num espiral crescente de tempo histórico de longa duração, do capital social total, e os limites materiais e sociais impostos pela relação social de produção capitalista a partir das condições históricas e concretas da acumulação de capital; iii) que o solução apresentada pela autora não parte dos limites dos esquemas de reprodução de Marx, mas dos limites da economia política clássica (inclusive das abstrações teóricas de Marx) e russa para o entendimento histórico-concreto da reprodução do capital social total.

Para tanto teremos que adentrar nas especificidades de sua obra com o intuito de captar as nuances de suas contribuições. Faremos uma incursão sobre seu livro abordando os diversos momentos, a saber: i) a exposição do problema; ii) a crítica ao debate; iii) sua contribuição à crítica; iv) a análise da fase imperialista do capitalismo. Defenderemos a hipótese de que a teoria da reprodução do capital social é fecunda e válida para a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado e das relações de poder e violência no modo de produção capitalista em geral a partir do recorte de tempo longo; mas é limitada para compreender o imperialismo entendido enquanto uma fase específica do capitalismo.

2. A Exposição do Problema.

O objeto de análise de Rosa Luxemburg em “*A Acumulação de Capital*” está posto desde a primeira frase do primeiro parágrafo de sua obra: a reprodução do capital social total; cuja problemática subjacente relaciona-se aos mecanismos e condicionantes deste processo de reprodução (Luxemburg, R.,1984a:07).

Entendendo como um movimento regular, contínuo e expansivo de produção e consumo em qualquer forma de sociedade existente, o termo reprodução teria conteúdo histórico e cultural, uma vez

estabeleceria condições prévias para a existência humana em sociedade, base para o desenvolvimento das potencialidades civilizatórias. Por sua vez, a reprodução em qualquer sociedade estaria relacionada a condicionantes técnico-naturais (grau de desenvolvimento das forças produtivas) e sociais (relações de produção específicas).

Para a autora, a forma de organização social do modo de produção capitalista seria tal que, sob a mola propulsora da concorrência e da necessidade de realização de quantidades crescentes de mais-valia, a reprodução ampliada (mediante a acumulação de capital) seria a regra. Portanto a reprodução do capital social total teria, em sua essência, um caráter expansivo. Porém, a pressuposição do caráter expansivo implicaria ampliação de quantidades crescentes de mão-de-obra (e seus meios de subsistência), de meios de produção (recursos naturais, matérias-primas, ferramentas, máquinas e equipamentos), e na realização crescente da mais-valia adicional gerada na esfera da produção. Portanto as condições para a reprodução ampliada do ponto de vista do capitalista individual dependeria variáveis exógenas ao seu controle².

O problema então estaria baseado na seguinte questão: uma vez que a reprodução social do capital se dá em escala ampliada, cujo objetivo principal da produção é obtenção crescente de mais-valia, como seria possível a ampliação da força de trabalho e seus fundos de subsistência, dos meios de produção, e da realização crescente do valor das mercadorias, que possibilite o desenvolvimento deste modo de produção permanentemente, sob a forma de um espiral crescente?

Abaixo abordaremos a forma de exposição do problema por parte da autora.

2.1. A Reprodução Social Total Enquanto Categoria Histórico-Cultural e Pré-Condição da Existência Humana.

O ponto de partida para a formulação e resolução do problema levantado em sua obra foi o debate quanto ao conteúdo e significado da categoria reprodução social total, a partir da forma como os autores prévios à Marx (Quesnay, Smith, Ricardo e Say) trabalharam esta questão a partir de seus estudos econômicos sobre a sociedade burguesa. Rosa demonstrou que não houve um tratamento adequado a esta questão por parte dos autores supracitados. Principalmente no caso de Smith, houve uma exclusão da categoria capital constante (meios de produção) na análise do fluxo da produção corrente e na geração de valor das mercadorias, como se a produção geral de mercadorias pudesse ser dividida apenas em salários (capital variável) e lucros (mais-valia). Como resultado a produção e

² É importante ressaltar que desde o início Rosa Luxemburg deixa claro que o problema da reprodução do capital social total não pode ser confundido com o problema da crise. Esta última seria a forma específica do movimento do modo de produção capitalista, mas não o movimento em si, uma vez que o movimento da reprodução ocorreria apesar delas, pois “apesar dos altos e baixos conjunturais, apesar das crises, as necessidades sociais são, bem ou mal, satisfeitas, a reprodução segue adiante em sua marcha complicada e as forças de produção se desenvolvem sempre mais” (1984a:10).

reprodução da riqueza social se apresentaria de forma mistificadora uma vez que os fluxos contínuos da produção presente não teriam qualquer relação com os fluxos de produção pretérita (p.30).

Guiando-se em Marx, Rosa percebeu que os meios de produção (capital constante na forma capitalista de produção) são os elementos da produção de riqueza que dão historicidade à produção social em geral porque são a característica histórico-cultural fundamental da sociedade humana (p. 31). São os elos entre trabalho passado com o trabalho presente. Os meios de produção, enquanto trabalho pretérito acumulado, proporcionam a base operacional da produção presente e exprimem a relação histórico-cultural do homem com a natureza. Enquanto expressões do desenvolvimento das forças produtivas, os meios de produção acumulados determinam as condições concretas de produção corrente, proporcionando condições para o desenvolvimento civilizatório-cultural da sociedade (p. 34-35).

“A reprodução ampliada não é nenhuma invenção do capital. Na verdade ela sempre constitui a regra em todas as formas sociais históricas marcadas pelo progresso econômico e cultural. (...) Todos os progressos decisivos verificados na produção e os grandes monumentos da cultura, como obras hidráulicas do Oriente, as pirâmides egípcias, as estradas militares romanas, as ciências e as artes gregas, o desenvolvimento do artesanato na Idade Média, seriam impossíveis sem a reprodução ampliada”. Só uma produção gradual, acima das necessidades desta, cria, simultaneamente, a base econômica e o impulso social para os avanços culturais decisivos” (1984a: 14).

Isso implica dizer que toda a reprodução simples pressupõe uma reprodução social ampliada pretérita, não sendo esta última característica exclusiva do modo de produção capitalista. No entanto, neste modo de produção, a reprodução ampliada (reprodução do capital social total) se torna lei obrigatória a partir da forma de organização desta sociedade, conforme destacado assim. A produção corrente deve, portanto, comportar uma produção excedente, uma quantidade de meios de produção necessária para repor os desgastes da produção e uma quantidade para ampliar o estoque de meios de produção, com vias a ampliar ainda mais a mais-valia dos capitalistas.

2.2. O Capital Social Total Enquanto Expressão do Produto Social.

Do ponto de vista do capital social total, o modo de produção capitalista estaria baseado no fato de que tanto os meios de produção quanto a força de trabalho representariam, para o capitalista individual, valores destinados à geração de mais-valia. O capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho) seriam elementos de seu capital total ($c + v$) que geraria uma mercadoria específica, cuja realização lhe renderia um valor excedente do capital gasto na produção corrente. A fórmula geral da produção da riqueza para o capitalista seria: $c + v + m$ (capital constante gasto no processo produtivo, capital variável e mais-valia, respectivamente).

O capital constante, não obstante, não seria apenas a base para a produção de $v + m$, mas também a expressão dos meios de produção (capital fixo e capital circulante) acumulados,

independentemente de sua forma histórica, resultado de trabalho humano anterior. Portanto c não se extingue (e nem pode) por completo na fórmula $c + m + v$, mas apenas uma parcela, que é transformada, mediante o trabalho, em parte do valor da mercadoria criada no processo produtivo. A expressão c dá fórmula $c + v + m$ é essencial, uma vez que é a manifestação do fundamento social geral da exploração capitalista do trabalho assalariado, e exprime a relação capital-trabalho em seu aspecto cumulativo e histórico (p. 35)³.

Rosa demonstrou que a fórmula $c + v + m$ representaria a expressão do produto social total, grandezas objetivas, e que, no capitalismo, seus elementos constitutivos estabeleceriam uma relação social específica, uma forma de medição entre suas partes, dada pela taxa de lucro média $[m/(c+v)]$, o lucro total sobre o capital social total. Novamente Rosa estabeleceu o antagonismo entre o capitalista individual e o capital social total. A taxa de lucro média seria o parâmetro para as decisões de produção capitalista, sendo um guia no processo de alocação dos recursos capitalistas, dando dinâmica e movimento ao processo de produção e reprodução do capital, orientando, desta maneira, as relações quantitativas de troca entre as mercadorias.

Neste ponto Rosa fez mediação entre a forma valor da produção ($c + m + v$) com a forma valor do produto, a mercadoria, em outras palavras faz a mediação entre o capital e seu processo de valorização.

2.3. A Reprodução do Capital Social Total Enquanto Problema Objetivo-Concreto.

Do ponto de vista do capitalista individual, a característica do processo de valorização do capital está na necessidade deste mudar constantemente de valor para poder cumprir sua meta. A forma de expressão do capital e do produto social total ($c + m + v$) deve converter-se em uma mercadoria (capital mercadoria), que por sua vez deve converter-se em dinheiro (capital monetário). Para manter-se valorizado o capital deve necessariamente voltar a metamorfosear-se em capital constante (parcela consumida) e capital variável, de modo a produzir uma mercadoria que lhe conceda, a partir de sua realização, uma mais-valia. A fórmula esquemática apresentada por Marx para sintetizar este processo foi: $D - M - D'$ ⁴.

Mas do ponto de vista do capital social, a reprodução do capital total só pode realizar-se se apresentar no produto total meios de produção, meios de consumo dos trabalhadores, e meios de

³ Essa seria a diferença fundamental entre Smith e Marx. Ao naturalizar a sociedade capitalista o primeiro subordinou o capital à geração da renda (salários e lucros). Pelo contrário, Marx mudou o foco da análise da “riqueza das nações” para a análise do capital enquanto relação social histórica e específica. Neste caso, é esta relação social que subordina a geração da renda, sendo esta um “resíduo” do processo de valorização do capital. Segundo Rosa, Marx teria percebido certos aspectos distintos deste modo de produção: i) o duplo caráter do trabalho na sociedade mercantil e capitalista (concreto e útil, produtor de valor de uso e social abstrato, produtor de valor); ii) a dupla propriedade do trabalho (criar valor e transferir valor, conservando-o); iii) a contradição entre a produção privada e independente da riqueza e seus condicionantes sociais e materiais; iv) a lógica de produção no capitalismo (produzir mais-valia, ou seja, valorizar o valor). Assim, enquanto para Smith o consumo é quem subordina a produção, seguindo Marx, Rosa destacou a produção, com vias a expansão do capital sob a forma abstrata, como subordinadora do consumo social (p. 36).

⁴ Esse movimento circular do capital pode ser expresso também sob a fórmula $D - M - P - (...) - M' - D'$.

consumo capitalista. Segundo a autora, para o conjunto dos capitalistas é extremamente importante que seu produto social tenha uma forma determinada de uso, de modo que possa encontrar tanto meios de produção para a renovação e expansão do processo de trabalho, quanto meios de consumo para o sustento da classe trabalhadora e para a classe capitalista (p. 41). Assim, Rosa fez a mediação entre a produção de valor e seus aspectos materiais e sociais, explicitando a unidade existente entre a produção concreta da riqueza (valores de uso) e sua forma específica de produção, a forma capitalista (lei do valor enquanto lei de valorização).

Portanto, Para Rosa, a expressão do produto social $c + v + m$ era insuficiente para a análise do problema da reprodução do capital social total, uma vez que não captava os aspectos concretos e materiais. Foi por estes motivos que Rosa se voltou aos esquemas de reprodução de Marx (p. 41).

“Do ponto de vista da reprodução, não podemos contentar-nos, pois, com a fórmula geral $c + v + m$ para o capital total, o que é mais uma prova de que o conceito de reprodução é algo real e mais do que mera transcrição do conceito de produção. Precisamos, conseqüentemente, fazer distinções de ordem material e representar o capital total não como um todo unitário, mas expô-lo em três departamentos, ou, para simplificar, considera-lo dividido em dois departamentos (visto que isso não importa em nenhum problema teórico imediato): o departamento de meios de produção e o departamento de meios de consumo pessoal para operários e capitalistas” (Luxemburg, R.; 1984a:41).

Tais esquemas, segundo Rosa, teria a capacidade relacionar, de forma agregada, grandezas de valor (sob a forma $c + m + v$), com grandezas materiais concretas (manifestado sob a forma de meios de produção e meios de consumo). Ora, se a reprodução do capital para o capitalista individual é governada tanto pela taxa de lucro média quanto pelos meios materiais concretos exógenos a seu processo de produção, foi para o processo de produção e reprodução do capital social total, na relação entre seus elementos abstratos e concretos, que Rosa se voltou. Diferentemente de Quesnay e sua visão “feudal” do processo de reprodução, os esquemas de reprodução de Marx cumpririam um papel específico: relacionar trabalho abstrato geral (partes componentes do valor do capital) com trabalho útil concreto na totalidade da do modo de produção capitalista (meios de produção e meios de consumo).

2.4. Os Esquemas de Reprodução de Marx para o Entendimento da Reprodução do Capital Social Total.

A análise dos esquemas de reprodução de Marx é parte integrante, porém subordinada, dos estudos do problema da reprodução do capital social total. Rosa estava buscando entender os condicionantes materiais deste processo em escala agregada. Os estudos dos esquemas de reprodução simples fizeram a autora chegar à conclusão de que o processo de reprodução do capital social total dependeria de certas regras de proporcionalidade. Rosa percebeu que a reprodução simples carregava em si os germes da reprodução ampliada, uma vez que, na prática o desgaste do capital fixo era apenas

contábil, de modo que os novos meios de produção substituíssem na prática os meios de produção obsoletos ou antigos (p. 47-48)⁵.

A reprodução ampliada do capital se realiza mediante a acumulação de capital, ou seja, transformação de parcela da mais-valia em quantidades de meios de produção acima do seu nível de depreciação. Nos esquemas de reprodução ampliada, Marx teria demonstrado que a reprodução do capital social total em escala ampliada era teoricamente possível. Tendo como premissa uma composição orgânica do capital fixa, a reprodução ampliada poderia ocorrer num espiral crescente caso a acumulação seguisse os seguintes critérios: i) a quantidade de meios de produção produzida no departamento I deve ser superior ao capital constante gasto tanto no departamento I quanto no departamento II, numa proporção idêntica à diferença entre o a soma de capital variável e mais-valia gerada nos dois departamentos (DI e DII) e a produção de meios de consumo; ii) o consumo dos trabalhadores, dos capitalistas e dos novos trabalhadores oriundos da expansão do capital no departamento I deve ser igual ao desgaste e ampliação do capital constante no departamento II (p. 65).

Segundo Rosa, Marx teria chegado à conclusão de que a acumulação de capital, do ponto de vista dos capitalistas, era possível a medida que existisse, do ponto de vista do produto social, uma quantidade de meios de produção, meios de consumo e força de trabalho excedente em relação ao consumo pretérito e ao desgaste dos meios de produção. Em suas palavras, “a mais-valia acrescida pode ser adicionada ao capital exatamente porque o mais produto social já assume desde o início a forma material dos meios de produção, forma que não permite outra utilização senão a que acompanha o processo de produção” (p. 67-8).

“O problema da reprodução capitalista encerra, como já vimos uma série de relações exatas, tanto com referência a categoria de natureza especificamente capitalista quanto, *mutatis mutandis*, com referência a categoria geral do trabalho humano, as quais reunidas, consideradas em conjunto constituem, por sua identidade e por suas contradições internas, o problema propriamente dito. O esquema de Marx apresenta a solução científica do problema” (Luxemburg, R; 1984a:56).

Do ponto de vista das equações matemáticas a identidade entre valor (trabalho abstrato) e valor de uso (trabalho concreto útil) parecia ter resolvido o problema da reprodução social total.

⁵ Ela também observou que a reprodução do capital social total, mesmo do ponto de vista dos esquemas de reprodução de Marx, pressupunha a circulação do dinheiro, forma de expressão do valor. O dinheiro, do ponto de vista da reprodução, é a própria expressão externa da circulação concreta do capital, a partir da circulação das mercadorias. Deste ponto de vista, a circulação do dinheiro levantava mais uma questão para Rosa: se a produção de mais-valia é anterior a sua realização, a reprodução do capital social total só se efetivaria se os capitalistas adiantassem o dinheiro a si próprios para a realização de sua mais-valia. Em outras palavras, os capitalistas pagam os seus meios de consumo antes mesmo de venderem suas mercadorias. O dinheiro para a realização da mais-valia presente viria da própria realização da mais-valia pretérita. Evidentemente, no ciclo contínuo de reprodução simples este problema deixaria de existir uma vez que a quantidade de dinheiro, de meios de consumo e de produção produzidos são constante (p. 53). O problema da reprodução do capital social total se evidenciaria, para Rosa, na análise da reprodução ampliada, “forma específica da condição de existência do capitalismo” (p. 59)..

2.5. Os Limites dos Esquemas de Reprodução e o Problema da Realização.

Rosa já tinha anteriormente apontado os problemas de ordem material (necessidade de meios de produção, força de trabalho e seus meios de subsistência) para o processo de reprodução do capital social total, mostrando a unidade contraditória da produção capitalista: produção de valores de uso e valores com vias a valorização. Mas assim como as fórmulas do produto social ($c + v + m$) e da circulação do capital ($D - M - D'$) eram relativamente insuficientes para analisar o problema, Rosa passou a demonstrar os próprios limites dos esquemas de reprodução. Abaixo elencamos os principais problemas:

I. Marx constrói seus esquemas de reprodução partindo da acumulação de capital do departamento I. Dada a composição técnica, e a parcela da mais-valia capitalizada no departamento I, o departamento II se torna a variável dependente de ajuste uma vez que sua parcela capitalizada tem que ser igual tanto à parcela consumida pelos capitalistas quanto do capital variável no departamento DII. Na realidade concreta, tanto o DI quanto DII atuam de forma independente, mas existe, do ponto de vista do capital total uma dependência mútua de ambos os departamentos no processo de acumulação (p. 74).

II. Marx pressupõe, na reprodução ampliada em espiral crescente, a expansão permanente de meios de produção, força de trabalho e meios de consumo. Pressupõe, portanto, condições materiais de existência da valorização crescente do capital internos a este modo de produção (p. 76).

III. Marx trabalha com uma composição orgânica do capital fixa. Caso seus esquemas fossem acompanhados pelo crescimento da composição orgânica do capital, a reprodução ampliada levaria a um déficit de meios de produção e um excesso de meios de consumo em escala crescente (Luxemburg, R. 1984b:10).

IV. Se a reprodução do capital social total se manifesta em escala crescente, num espiral ascendente interminável, a parcela da mais-valia a ser realizada também aumenta. A pergunta central levantada por Rosa é: quem realiza essa mais-valia crescente? Para a autora, a debilidade adicional dos esquemas de reprodução ampliada de Marx estaria na hipótese levantada pelo mesmo de que os capitalistas consomem toda a parte da mais-valia adicional e crescente não capitalizada (p. 77).

No que se refere ao problema específico da realização, a reprodução do capital social total encarnaria o antagonismo entre a produção crescente de mercadorias destinadas ao aumento da mais-valia dos capitalistas e os limites do caráter antagônico do consumo e distribuição da sociedade capitalista (seja trabalhadores, seja os próprios capitalistas). Em outras palavras, encarnaria o antagonismo entre a produção pela produção e as bases estreitas de realização, forma específica e

contraditória de expressão da dualidade do trabalho (abstrato e concreto) no modo de produção capitalista. Pois bem, “quando a acumulação já se processa há muito tempo, e joga no mercado, em cada período produtivo, um volume de valor sempre maior do que o período anterior, pergunta-se: onde estão os compradores desses valores adicionais? (...). Para quem, então, se deve realizar essa ampliação da produção?” (1984a:87).

A base para a pergunta, por sua vez, fundava-se no caráter expansivo contraditório entre a produção ampliada de valores com vias a valorização (baseado no trabalho abstrato), e as necessidades reais da existência de meios materiais para a produção, além do caráter útil e concreto de qualquer mercadoria baseada no trabalho. Com base num período de tempo de longa duração (portanto não conjuntural), a reprodução do capital social total, numa sociedade burguesa “fechada”, parecia encontrar barreiras intransponíveis.

3. A Crítica ao Debate.

O segundo momento do livro de Rosa voltou-se para a exposição da autora quanto às tentativas de solução do problema da reprodução do capital social total por parte da economia política clássica e contemporânea à sua existência. Após rejeitar diversas tentativas para a solução do problema (crescimento populacional, mercado capitalista internacional, demanda intradepartamental, e ampliação da oferta de dinheiro) autora lançou mão de uma exposição sistemática do debate, levantando as contribuições da economia política clássica, tais como Say, McCulloch, Ricardo, Sismondi, Malthus, Marx, Rodbertus, Von Kirchman; e da economia política russa tais como Struve, Bulganov, Tugan-Baranovski contra Vorontsov e Nicolai-on.

Num espiral permanentemente crescente, o problema da reprodução do capital social total se colocava a partir da necessidade, não apenas da demanda efetiva adicional constantemente ampliada (realização), mas também da disponibilidade crescente de força de trabalho e meios de produção para a efetivação deste processo.

3.1. O Primeiro Confronto: Sismondi, McCulloch, Ricardo, Say e Malthus.

A primeira exposição do debate refere-se ao confronto de Sismondi com a economia política clássica. Na essência, os marcos do debate referiram-se à possibilidade ou não da reprodução ampliada do modo de produção capitalista, e suas consequências sociais.

Representante dos interesses do proletariado (mas limitado pelo pensamento pequeno-burguês) e tendo como base as crises de 1815, 1818 e 1819, Sismondi teria focado nos problemas relacionados à desproporção entre a produção capitalista e a distribuição de renda que ela proporciona, e sua relação

com os problemas de acumulação. Para o mesmo a organização capitalista seria solicitada a ampliar ilimitadamente a produção sem levar em consideração o consumo e a renda limitada. Sismondi teria sido um dos primeiros economistas a perceber (ainda que indiretamente) que a acumulação traz consigo os problemas de realização da riqueza adicional produzida. As necessidades da acumulação, dada a distribuição da riqueza e os limites do consumo social, levariam a uma ampliação de uma massa de excedente invendável, implicando necessariamente em calamidades públicas e crises (p. 118-9). Ao confundir renda e capital, como se o produto social fosse composto apenas por capital variável e mais-valia, o autor chega a conclusão da impossibilidade da acumulação nos marcos do antagonismo entre produção e consumo.

Já em McCulloch, a troca de mercadorias representaria em si uma unidade entre oferta e demanda. Desconsiderando a circulação do dinheiro, o autor concluiria que haveria um crescimento pareado entre a produção e consumo. A implicação desta análise estava na hipótese de que haveria sempre uma demanda ilimitada para qualquer tipo de mercadoria. Logo o problema do excedente invendável seria resolvido pela troca invendável entre milhares de arrendatários e fabricantes. Os capitalistas seriam capazes de ampliar o consumo de forma ilimitada e não haveria, portanto, nenhum problema do ponto de vista da reprodução (p. 122-3). Para Rosa, McCulloch não teria entendido o problema por abordá-lo de forma simplista no que se refere ao ato de troca, tal qual a reprodução simples de um comércio primitivo.

Sismondi também teria percebido que progresso técnico e a introdução de máquinas no processo produtivo levariam à paulatina ampliação da população excedente, aumentando a massa de miseráveis na sociedade. Aos problemas dos limites da acumulação se somaria a pauperização de parcela significativa de trabalhadores. Neste caso, a contra argumentação de Ricardo a este processo foi a de que introdução de máquinas abriria outras oportunidades de negócio e emprego e que tal movimento iria ocorrer de forma lenta (p. 133-7). Assim como McCulloch, Ricardo adotou a harmonia entre oferta e demanda teorizada por Say (o teórico da harmonia). Partindo do pressuposto da troca direta da mercadoria e prescindindo (abstratamente) da circulação do dinheiro, as crises seriam teoricamente impossíveis. E neste sentido, a necessidade da reprodução ampliada teria como fim exclusivo a ampliação da satisfação geral (p. 140).

A crítica de Rosa ao debate é contundente. De um lado, ao descobrir os limites físicos impostos à capacidade de consumo capitalista e a possibilidade de ampliação da massa de miseráveis mediante a introdução de máquinas no processo produtivo, Sismondi teria transformado o problema da “impossibilidade” da reprodução do capital social total num problema moral de distribuição de renda. De outro a escola clássica negaria a existência do problema ao supor identidade entre produção e consumo, ao simplificar o papel do dinheiro, e ao refutar a existência do antagonismo dentre lucros e salários. Neste caso, a acumulação poderia ocorrer num espiral crescente visando a ampliação

permanente do bem estar geral. Apesar da superioridade de Sismondi, o confronto não respondera satisfatoriamente a questão.

Por fim Malthus teria sido o autor que buscara (equivocadamente) sintetizar o debate fazendo uma guerra parcial à escola ricardiana. Representante dos interesses das classes intermediárias, e adepto à teoria quantitativa do valor, Malthus focou sua crítica sobre a pseudo identidade entre a oferta e a demanda abordada pela escola clássica, introduzindo questões de ordem monetária. A oferta excessiva poderia levar limitações da produção por meio da queda dos preços abaixo dos custos de produção, havendo possibilidade de crises. Mas, mesmo com a tendência a pauperização da classe assalariada por conta da “equivocada” lei natural do movimento populacional, e com a limitação do consumo capitalista, a reprodução poderia processar-se mediante a ampliação do consumo das classes intermediárias, tais como funcionários estatais, clero, arrendatários e outros consumidores improdutivos.

Nestes marcos, para Rosa, Malthus não teria entendido o problema de fundo da reprodução do capital social total, uma vez que as premissas de consumo improdutivo já eram parte da estrutura da reprodução capitalista, de modo que o problema deveria ser entendido a partir desta estrutura, e não abstraindo parcialmente seus aspectos (p. 145).

3.2. O Segundo Confronto: Rodbertus contra Von Kirchmann.

Partindo da crítica levantada por Sismondi à economia clássica, o debate entre Rodbertus e Von Kirchmann teve como pano de fundo as crises sociais e econômicas de 1837, 1839 e 1847, e primeira crise mundial de 1857. Enquanto para Rodbertus as crises eram problemas estruturais do desenvolvimento da produção capitalista, para Von Kirchmann estes problemas tinham origens sociais e naturais de ordem conjunturais, que impedia a plena realização da Lei de Say (tais como a distribuição de renda, as deficiências comerciais e as dificuldades naturais na produção de matérias-primas), o que levaria à falta de mercados consumidores para a produção ampliada. Para este último, o problema de realização, do ponto de vista da distribuição da renda, estaria baseado tanto nos baixos salários, quanto na concentração crescente de renda pelos grupos fundiários. A solução para o problema da reprodução passava pela redução da poupança e ampliação do consumo capitalista de bens de luxo. Porém, para Rosa, ao não levar em consideração a existência do capital constante no produto social (tal como os economistas clássicos), a proposta sugerida por Von Kirchmann de redução da poupança significaria a própria redução da acumulação, implicando na impossibilidade da reprodução ampliada do capital social total (p. 155).

Rodbertus, por sua vez, acreditava que as relações internas da economia política clássica (*laissez-faire*) e o crescimento da produtividade do trabalho levaria a uma constante pauperização dos salários a partir de três movimentos: i) substituição do valor constituído pelo valor de troca; ii)

degradação do salário como mercadoria, transformando-o em valor de custo; iii) regressão progressiva da participação do salário na renda na renda social (p. 158-61). As crises, portanto, longe de estarem relacionadas a distúrbios monetários e creditícios, seriam resultado da pobreza, manifestação de questões sociais. O movimento de reprodução do capital estaria comprometido a medida que, com o crescimento da produtividade do trabalho, a mudança na proporção entre salários e lucros levasse a uma desproporção entre mercadorias de consumo capitalista e mercadorias de consumo dos operários, implicando numa superprodução de mercadorias (p. 168-9). Assim, diferentemente de Sismondi, o problema não estaria nos baixos salários absolutos da classe trabalhadora em si, mas na redução destes em relação ao produto social. Como solução para estes problemas Rodbertus propôs uma organização social planejada da economia, invertendo as relações de propriedade, unificando os meios de produção nas mãos de uma única ‘instituição social’, estabelecendo uma proporção fixa dos salários na renda nacional (p. 164-5).

Para Rosa, Rodbertus, ao separar a geração da renda (salários e lucros) da produção do capital (capital constante), foi incapaz de compreender a acumulação capitalista, trabalhando somente na esfera da reprodução simples. Ao mesmo tempo, ao entender a crise como um problema de desproporção entre bens de consumo assalariado e capitalista, se aproximou da Ley de Say, uma vez que o mesmo poderia ser resolvido por ajustes proporcionais na produção de cada tipo de bem. Por fim, Rosa acreditava ser um tanto quanto idealista a hipótese de manutenção da taxa de salários como razão fixa da produção social mediante legislação (p. 172-5).

Assim o balanço de Rosa sobre o debate quanto a reprodução do capital social total pré-Marx é negativo. Ao ter uma compreensão parcial sobre o capital, ao partirem da reprodução simples, ao tratar o problema da reprodução a partir de sua forma de manifestação externa, ou seja, pelas crises, ao desconsiderar a importância do dinheiro no processo de circulação do capital, ao tratar os mecanismos de reprodução a partir da troca direta da mercadorias, ao não compreender a diferença entre capital individual e capital social, os autores, mesmo os “hereges” da economia política clássica, não conseguiram tratar o problema da reprodução do capital social a fundo.

3.3. O Terceiro Confronto: Struve, Bulganov, Tugan-Baranovski contra Vorontsov e Nicolai-on.

O terceiro confronto levantado por Rosa refere-se ao debate quanto à possibilidade de desenvolvimento capitalista na Rússia em meados dos anos 80 e 90 do século XIX. Tendo como pano de fundo a crise mundial dos anos 70 e a ascensão da luta de classe nos anos 60 em termos internacionais, e já tendo como premissa o desenvolvimento teórico de Marx sobre o modo de produção capitalista, a transição socioeconômica e a crise política Russa, o debate quanto a possibilidade de

desenvolvimento capitalista Russo girou ao redor de tendências socialistas céticas do populismo e otimistas do marxismo russo “legal” (p. 182-183).

O primeiro economista populista analisado por Rosa é Vorontsov. Partindo da reprodução do capital social total, o autor chegou à conclusão da impossibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia em sua totalidade. Em sua análise, não haveria condições de existência para que esse modo de produção se desenvolvesse em sua plenitude, senão apenas em alguns determinados ramos de produção (p. 185-86). Esta limitação baseava-se na organização social existente e nos limites físicos impostos ao consumo capitalista. A produção capitalista criaria um excedente maior que a capacidade de consumo dos proprietários dos meios de produção. A solução apresentada pelo mesmo contemplava a distribuição de renda, o militarismo, mas, principalmente o comércio exterior. Não obstante, pelo fato do comércio internacional ser comandada por potências econômicas, o desenvolvimento capitalista russo estaria comprometido, o que levaria a manutenção da produção camponesa e popular (p. 189).

Tais argumentos são muito próximos às interpretações de Nicolai-On. Nesta análise, autor teria destacado a importância decisiva dos mercados de venda. Por isso, as nações capitalistas tenderiam a assegurar para os capitalistas o maior mercado de vendas possível, inicialmente criando o mercado interno, e posteriormente o mercado externo. O processo desenvolvimento do mercado interno criaria seus próprios limites em função: i) do aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do trabalho na produção da riqueza; ii) do aumento da parcela da mais-valia gerada. Como consequência o mercado interno passaria a estar saturado, e o mercado externa se tornaria o destino do excesso de mercadorias invendáveis. Em outras palavras, a pobreza estabeleceria os limites do desenvolvimento capitalista em termos de mercado interno. Assim como Vorontsov, Nicolai-On via limites da expansão do mercado externo por conta do acirramento da concorrência pelas grandes potências do momento. A sua solução passaria, portanto, por reformas completas do sistema político e pelo retorno as formas de comunidade rural pretérita ao capital (p. 193-5). Para Rosa, estes autores populistas seriam versões atualizadas da crítica sismondiana dos limites da reprodução capitalista.

Quanto à escola “otimista” Marxista, o primeiro teórico a ser analisado por Rosa foi Struve. Sua tese era a de que o capitalismo não limitaria, mas, pelo contrário, ampliaria o mercado interno. O autor reconheceu o movimento contraditório da produção capitalista de pauperização da classe trabalhadora e ampliação da produção pela produção. Não obstante, este não seria um limite à ampliação do mercado interno. Para defender tal tese o autor argumentou que existiria “terceiras pessoas” co-participantes da mais-valia excedente gerada pela classe capitalista, compostos por funcionários públicos, profissionais liberais, prestadores de serviço e uma população camponesa não inserida completamente no mercado capitalista. Assim, no caso de países geograficamente dotados e com uma população elevada, os limites de crescimento do mercado interno seriam reduzidos, possibilitando uma expansão vigorosa da acumulação capitalista, tal como teria ocorrido com os Estados Unidos (p. 198-9).

A crítica de Rosa é contundente. Primeiramente, conforme descrito acima, a maioria das terceiras pessoas analisadas por Struve já são, a priori, co-participantes da mais-valia gerada, já estão inseridos nas categorias salários e lucros, não acrescentando em nada a resolução do problema da reprodução. Posteriormente, a autora critica o etapismo da análise de Struve, no qual o mercado externo surge como saturação dos limites de expansão do mercado interno. Criticando a ideia de auto-suficiência, Rosa argumenta que a ligação entre o mercado interno e externo existe desde a origem do modo de produção capitalista, sendo este último pré-condição para a expansão do primeiro (p. 199-200).

Por sua vez, Bulgakov buscou resolver o problema da reprodução do capital social total a partir dos esquemas de reprodução de Marx. Rejeitando a teoria das “terceiras pessoas” de Struve, o autor teria focado na análise de da circulação monetária entre os departamentos I e II e a origem do dinheiro adicional para a compra dos produtos excedentes. A solução do problema aproximou-se, desta maneira da solução apresentada por Marx: i) reservas monetárias; ii) produção adicional de ouro; iii) aceleração da rotação do dinheiro. Para Bulgakov, o consumo representaria apenas um aspecto secundário da circulação do capital. O volume da produção seria determinado não pelas necessidades sociais, mas pelas necessidades do capital, que somado ao crescimento da composição orgânica do capital, levaria a ampliação da contradição interna entre consumo e produção. Mas isso não seria um limite à acumulação uma vez que o próprio mercado representaria a produção ampliada necessária para a massa de excedente de produtos. Em outras palavras, a produção pela produção se manifestaria no crescimento permanente do mercado de meios de produção necessários para a realização da mais-valia sob a forma de acumulação de capital. A acumulação poderia ocorrer de forma ilimitada, não existindo problemas internos à reprodução do capital social total. Os mercados externos seriam necessários somente para cobrir certas carências de matérias-primas e alimentos não disponíveis no mercado interno. Para Rosa, Bulgakov teria resolvido o problema eliminando-o, baseando-se numa teoria ampliação ilimitada da produção que seria barrado apenas por condições naturais. Desta forma, além de não perceber questões relacionadas ao problema de realização da mais-valia adicional, caiu no erro etapista de desenvolvimento do mercado interno, para o posterior desenvolvimento do mercado externo (p. 207-9).

O último autor otimista a ser analisado por Rosa foi Tugan-Baranovki. Tal como Bulgakov, este também teria tratado o problema da reprodução do capital sócia total a partir da dos esquemas de reprodução de Marx. Sua tese era a de que a acumulação capitalista seria completamente independente da renda e do consumo. O mercado da produção não seria o consumo, mas a produção mesma, identificando-se. Como a ampliação da produção era ilimitada, a capacidade de absorção de seus produtos também não teria limites (p. 211). Em outras palavras, a produção capitalista criaria seus próprios mercados. Nestes marcos as crises ocorreriam exclusivamente pela falta de proporcionalidade para a ampliação da produção. Do ponto de vista dos teóricos dos esquemas de reprodução, a ampliação ilimitada da produção significaria um crescimento mais que proporcional do departamento dos meios de

produção frente aos meios de consumo. Mesmo com o crescimento da composição orgânica do capital e com as periódicas crises de proporcionalidade, as possibilidades internas de reprodução do capital social total, a partir da estrutura social burguesa, seria ilimitada (p. 214). Para Rosa, ao superestimar as potencialidades da reprodução ampliada do capitalismo e ao eliminar o antagonismo entre produção e consumo (submetendo este último ao primeiro), o autor teria se aproximado das conclusões da economia política ricardiana.

Rosa, assim, decreta o fim do marxismo “legal” russo. Ao superestimarem as potencialidades expansivas e reprodutivas do modo de produção capitalista, estes não teriam notado as contradições sociais e políticas internas a este processo, e como estes se refletiriam no padrão de luta de classes. Logo, teriam se tornado, indiretamente, apologeticos deste sistema.

“Sendo a produção capitalista capaz de assegurar o crescimento ilimitado das forças produtivas, o progresso econômico, ele também é insuperável. Com isso desmorona a viga mestra objetiva mais importante da teoria científica socialista; a ação política do socialismo e o conteúdo ideológico da luta de classes deixam de ser um reflexo dos processos e econômicos e o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica. A demonstração que partiu da possibilidade da existência do capitalismo termina na impossibilidade da existência do socialismo” (Luxemburg, R.; 1984a:222).

É a partir dos limites do debate entre a impossibilidade da acumulação baseada na contradição entre produção e subconsumo (geral ou particular à classe trabalhadora); e a possibilidade absoluta da reprodução do capital social total que Rosa tece sua contribuição teórica e histórica.

4. Contribuição à Crítica: As Condições Históricas da Acumulação.

A terceira parte de “*A Acumulação de Capital*” foi dedicada à solução do problema da reprodução do capital social total. O Problema não estava respondido: a partir da reprodução do capital social total (da acumulação de capital num espiral crescente num período de longa duração), o problema da realização da mais-valia crescente não consumida e da disponibilidade de força de trabalho e meios de produção deveria ser solucionado. De onde viria a solução?

Rosa buscou demonstrar que a solução do problema da reprodução do capital social total passaria pela ampliação das relações econômicas em regiões cujas relações sociais de produção eram não capitalistas. Em outras palavras, o movimento permanente de reprodução ampliada do capital, num espiral crescente e expansivo, dadas as necessidades materiais e sociais deste processo (ampliação de meios de produção, da força de trabalho e realização da mais-valia crescente), passaria pela incorporação permanente dos “mercados externos” (mercados não capitalistas).

Neste trecho de sua obra Rosa buscou consolidar os fundamentos teóricos e históricos de tal hipótese, conforme demonstrado abaixo.

4.1. Crítica à Abstração de “O Capital” para o Entendimento da Reprodução do Capital Social Total.

A forma como Rosa expôs a questão e a incapacidade da economia política em resolver o problema da reprodução do capital social total foi um marco importante para sua contribuição crítica. Rosa voltou-se não somente aos esquemas de reprodução de Marx, mas também às premissas sobre as quais este último desenvolveu sua teoria em “*O Capital*”. Dentre as diversas abstrações levantadas pelo autor, a Rosa destacou: i) identidade entre o mercado capitalista e o mercado mundial; ii) existência apenas de classes sociais já inseridas dentro de um contexto capitalista (inclusive as intermediárias), cuja participação na renda era dividida entre salários e lucros. A partir destas premissas, a única solução “científica” plausível para o problema da reprodução do capital social total seria a tese da produção pela produção intra-departamental de Tugan-Baranovski (Luxemburg, R.,1984b:07)⁶.

Adicionalmente Rosa constatou que os esquemas de reprodução: i) não daria conta de mediar a contradição entre as relações de valor dada pelo crescimento da composição orgânica e técnica do produto social; ii) pressupunha um equilíbrio proporcional intra e entre departamentos, excluindo, assim, as diferenças concretas entre ritmo e defasagens da acumulação entre setores e estes departamentos; iii) excluía, portanto, a ampliação da produção por saltos e o desenvolvimento heterogêneo de ramos produtivos; iv) pressupunha um movimento do capital total setorialmente equilibrado, que se contrapunha ao movimento real do desenvolvimento capitalista. Em outras palavras os esquemas de reprodução abstraíam a expansão periódica e por saltos da produção capitalista e o desenvolvimento completamente heterogêneo dos ramos distintos da produção (1984b:10-14).

Neste momento, Rosa passou a recorrer justamente à Marx, para finalizar sua crítica a seus próprios esquemas de reprodução. Seguindo trechos do terceiro livro de “*O Capital*” Rosa afirmou que os esquemas de Marx negariam sua concepção do processo global capitalista em seu desenvolvimento, baseado na contradição entre a capacidade de expansão ilimitada da produção e produtividade e a estreita base antagônica onde se repousa a distribuição e o consumo social. Não existiria, assim,

⁶ “A questão que antes e mais nada se coloca é a seguinte: para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? Há razão menor ainda para afirmar-se que o objetivo da acumulação ininterrupta do capital seja a manutenção do contingente cada vez maior de operários. Do ponto de vista capitalista o consumo dos operários, uma consequência da acumulação, jamais seu fim ou pressuposto, sob pena de subversão total das bases da produção capitalista. De qualquer forma, os operários não podem consumir um centavo a mais além da parte do produto que corresponde ao capital variável. Quem realiza então a mais-valia crescente? O esquema responde: são os capitalistas, somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam-na para ampliar sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da acumulação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, com elas, construir outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade, é necessário ter ousadia e o amor ao paradoxo de Tugan-Baranovski para admitir que esse incansável carrossel que se situa no vazio seja fiel retrato da realidade capitalista e uma consequência real da teoria marxista (Luxemburg, R.,1984b:09).

nenhuma relação entre o esquema de reprodução de Marx e sua tese sobre as contradições internas do capital (1984b:15-16)⁷.

A solução para o problema passaria, segundo Rosa, pela superação das análises abstratas da reprodução do capital social total, e pelo estudo histórico de como este processo efetivamente se realizaria.

4.2. A Reprodução do Capital e Seu Meio.

Os estudos históricos de Rosa Luxemburg no que se refere à reprodução do capital social total levou a autora às seguintes constatações: i) o modo de produção capitalista coexiste com formas de produção pré e extra-capitalistas; ii) os capitalistas e operários (incluindo as classes intermediárias) não são os únicos realizadores da produção capitalista; iii) a reprodução do capital individual é elemento da reprodução social total, mas seu movimento ocorre de forma autônoma, em contradição com o movimento dos demais elementos constitutivos, o que implica num movimento do capital social total concreto diferente de formas mecânicas e organizadas e reprodução.

Quanto a esta última constatação Rosa argumentou que o capital individual realiza a acumulação e a circulação por sua própria conta, sendo indiferente saber se os meios de produção e a realização da produção estão vinculados a um modo de produção capitalista. A implicação seria a de que não haveria critérios específicos para a expansão do capital social total, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista geográfico (1984b:18-19).

Dadas todas as dificuldades apontadas acima e analisando as características históricas concretas da reprodução do capital social total, Rosa chegou a conclusão de que a solução para o problema da reprodução passaria pela ampliação constante do campo externo da produção. Em outras palavras, a contradição entre a produção pela produção e o limite social do consumo (baseado no antagonismo de classe) estava sendo historicamente solucionado pela incorporação crescente de sociedades pré e extra-capitalista à forma capitalista de produção.

“Mas é exatamente a análise global da reprodução simples em Marx, bem como a característica do processo capitalista total, que, com suas contradições internas e a evolução das mesmas (descritas no volume III de *Das Capital*), contém implicitamente uma solução para o problema da acumulação, em consonância com as demais partes da doutrina marxista, com a experiência histórica e com a práxis cotidiana do capitalismo, oferecendo assim a possibilidade de complementarem as insuficiências do esquema. O próprio esquema de reprodução ampliada, depois de examinado mais de perto, nos aponta em todos os sentidos, e transcendendo as próprias relações, para relações que se situam fora da produção capitalista e de acumulação” (1984b:19).

⁷ “O esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e de consumo, da sociedade capitalista, da contradição que é decorrente da acumulação capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio de crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado” (1984b:16).

As camadas sociais não capitalistas, chamada por Rosa tanto de campo externo da produção quanto de mercados externos, teriam duas funções essenciais. Primeiro, seriam estas camadas que realizariam a mais-valia adicional produzida internamente à produção capitalista. Segundo, nas regiões em que concentravam tais camadas sociais, o capital poderia adquirir os elementos materiais do capital constante, ou seja, meios de produção sob a forma de matérias-primas escassas internamente à produção capitalista, além de uma reserva de mão-de-obra abundante (1984b:19-20).

Quanto ao primeiro aspecto Rosa destacou a relevância da realização da produção de tecidos de algodão em formações sociais não capitalistas (Índia, América, África, camponeses europeus) para o crescimento do capitalismo industrial inglesa, uma vez que a expansão deste setor (inserido no departamento de meios de consumo) gerou uma demanda ampliada e encadeada no departamento de meios de produção, principalmente na indústria mecânica, de fusos e teares, na indústria metalúrgica e carbonífera.

Adicionalmente a autora constatou a importância da realização da produção excedente de meios de produção nas regiões não capitalistas, exemplificando mediante a exposição histórica da construção de ferrovias na Austrália e na América do Norte pelo capital britânico no século XIX, e da construção da indústria química alemã na África e na Ásia. Neste caso, a expansão do departamento de meios de produção nas regiões não capitalistas teria ampliado sua demanda por meios de consumo produzidos nas regiões capitalistas (p. 20).

Quanto ao segundo aspecto, Rosa constatou que os esquemas de reprodução de Marx partiam do pressuposto de que já existiriam, sob a forma material, meios de produção adicionais necessários a realização da mais-valia. Seus estudos históricos apontavam que os elementos materiais correspondentes necessários a ampliação da produção nem sempre se encontravam presentes nos mercados capitalistas. A distinção entre as principais formas de meios de produção, ferramentas, máquinas e equipamentos (capital fixo) e recursos naturais e matérias-primas (capital circulante), passava a ser fundamental. Pois, apesar da produtividade do trabalho conseguir baratear os elementos do capital constante, ela não pode prescindir de suas formas particulares. As matérias primas são tão fundamentais quanto as máquinas e equipamentos na produção das mercadorias. Segundo a autora, o próprio desenvolvimento do capital fixo facilitaria a exploração (técnica e geográfica) do capital circulante, superando os limites naturais à reprodução do capital, ampliando seu potencial de expansão. Rosa elucidou tal argumentação apontando a importância da produção de algodão estadunidense baseada em trabalho escravo e a importação de cereais da Rússia feudal pelos britânicos. A inclusão de novos territórios de matérias primas e de populações ilimitadas ampliaria a elasticidade da capacidade de acumulação e interromperia as vicissitudes e interrupções eventuais no abastecimento técnico de matérias primas. (p. 23-4).

Quanto à força de trabalho (capital variável), Rosa constatou os limites ao aumento populacional e à ampliação da jornada de trabalho (limites sociais e naturais). Como as leis de

movimento do capital não acompanharia o crescimento vegetativo populacional, a ampliação capital variável e do exército industrial de reservas teria se efetivado pela proliferação constante da classe média rural, pela decadência da economia camponesa e da pequena manufatura artesanal e pela transição constante da força de trabalho da condição não capitalista para capitalista; ou seja, mediante a destruição de formas variadas de produção anteriores (p. 26).

A partir destes argumentos, Rosa apresentou a tese fundamental de obra: o processo de produção e reprodução do capital social total é possível porque está intimamente vinculado com formas de produção não capitalistas (extra ou pré capitalistas).

“Em relação de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não capitalista. (...). Existe uma diferença significativa entre as condições de realização desta última [a mais-valia] e as condições de ampliação dos capitais constantes e variável no condizente a sua forma material. O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato em sua maioria estas se encontram ligadas a formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico da acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital apossar-se de todas as terras e sociedades (Luxemburg, R.; 1984b:28-9).

Uma vez que o comércio mundial foi a condição de existência do próprio capitalismo, e que o território global era formado por variados modos de produção, Rosa concluiu que as especificidades da reprodução ampliada do modo de produção implicavam na absorção permanente (social e geográfica) das formas não capitalistas de produção em sua lógica. Além das fontes permanentes de recursos naturais, matérias primas e força de trabalho, as sociedades não capitalistas, transformadas em consumidoras, poderia absorver parcela crescente da massa de mercadoria, realizando assim parcela da mais-valia adicional não consumida pelos capitalistas. Eis a forma histórica e concreta de resolução do problema da reprodução do capital social total.

4.3. A Violência e a Transição das Formas não Capitalistas de Produção.

Para Rosa a reprodução do capital social total em seu espiral permanentemente ascendente era o fundamento que justificava a necessidade do capital em se aproximar e absorver as relações de produção não capitalistas. Por se tratar de modos de vida distintos, com distintas relações de produção e políticas, a violência passou a ser a forma principal de impor o capital às formações sociais pré ou extra capitalistas.

Partindo da constatação de que o capitalismo veio ao mundo e se desenvolveu em meio social não capitalista, Rosa percebeu a transição da própria economia feudal (servidão e corporações profissionais urbanas) em economia mercantil de transição (campesinato e artesanato) e, posteriormente,

em economia capitalista, diferenciando-se frente a diversos modos de produção coexistentes no mundo (comunismo primitivo, caçadores nômades, trabalho escravo, etc).

A autora levantou a tese de que a expansão do modo de produção capitalista o obrigaria a estabelecer contato e uma paulatina desagregação dos modos de produção não capitalistas, a partir de três momentos históricos específicos: i) luta do capital contra a economia natural; ii) luta contra a economia camponesa e mercantil; iii) luta pelas condições restantes de acumulação, a partir do padrão de concorrência do capital no cenário mundial (p. 29).

Rosa argumentou que apesar do capitalismo necessitar de um ambiente constituído de forma não capitalista, tais formas teriam a função, não apenas de fornecer meios de produção e matérias-primas para os mercados capitalistas, mas também de realizar a mais-valia excedente dos mercados capitalistas. Como a organização econômica das formações não capitalistas destinava-se a satisfazer suas necessidades sociais básicas a partir de seus vínculos tradicionais, o capital precisaria obrigatoriamente destruir a economia natural sob todas as formas. E para tanto não existiria outro método senão o da violência política, baseada tanto em guerras e revoluções, quanto em pressão estatal, financeira e fiscal. A lógica da violência estaria por detrás do processo de expansão colonial contra economias nativas, cujo objetivo seria a destruição de todas as barreiras à acumulação de capital.

O capital, portanto, precisaria apossar das principais fontes produtivas (tais como terras, florestas, minérios, metais preciosos, produtos vegetativos), liberar força de trabalho e submetê-lo ao capital, introduzir a economia mercantil, e fazer a separação da agricultura frente o artesanato. A gana acelerada pelo lucro e pela acumulação desenfreada tornou-se o fundamento da necessidade da apropriação violenta dos recursos produtivos destas formas não capitalistas. Logo, o capital seguiria o “método de destruição e de aniquilação sistemática e planejada dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por foça da expansão per ele pretendida” (1984b:32). Já não se trataria mais da acumulação primitiva, mas antes de uma guerra encarniçada do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos com base na expansão colonial. A violência seria, portanto, o método do capital para sua própria sobrevivência. Os exemplos do domínio britânico sobre Índia e do domínio francês sobre Argélia seriam ilustrativos deste processo (p. 31-7).

A monetização das relações de produção e a introdução da economia mercantil seriam a outra face necessária da dominação do capital sob as formações sociais pretéritas em transição. Tal processo teria como objetivo, a transformação das camadas sociais não capitalistas em consumidoras de mercadorias produzidas pelo capital e vendedoras de sua força de trabalho. Porém, se o capital podia, pela força, “roubar” os recursos humanos e naturais e torna-los objetos da exploração capitalista, ele não podia, “pela força, transformá-los em consumidores de suas mercadorias, nem pode força-los a realizar sua mais-valia” (p.43). Ou seja, a transformação dos povos de formações sociais não capitalistas em

consumidores, realizadores da mais-valia adicional, era visto por Rosa enquanto um processo lento e gradual.

A autora destacou a importância do desenvolvimento dos meios de transportes modernos (ferrovias, navegação e canais) para a expansão e criação de novos mercados em regiões de economia natural. Tal movimento, no entanto, combinou-se com um profundo processo de mercantilização forçada da economia nativa, cuja troca foi baseada tanto no roubo quanto na extorsão. A autora exemplificou seu argumento analisando a importância da Guerra do Ópio para a abertura da China à cultura europeia, e para a troca de mercadorias com o capital europeu (p. 43-4).

Em relação à economia camponesa, Rosa argumentou que o processo de desenvolvimento da produção capitalista conseguiu introduzir a economia de mercado nesta organização econômica, a partir do processo de externalização da produção de ramos artesanais na organização econômica camponesa, transformando-a em produtora apenas de bens agrícolas, e, portanto, em vendedora destes bens e consumidora de mercadorias não agrícolas. O desenvolvimento do capital nos centros urbanos, somado às pressões tributárias, guerras, monopolização de terras, código penal e violência política foram elementos que ajudaram a estabelecer o divórcio entre o artesanato e a economia camponesa. Com o tempo, a própria agricultura camponesa passaria a dar lugar às modernas fazendas capitalistas. A produção mercantil somada ao emprego de maquinaria e à organização planejada da produção e distribuição teria como consequência uma expansão da produtividade agrícola, levando a economia camponesa à ruína. Rosa exemplificou tal processo com a expansão estadunidense para o oeste. Neste caso, a devastação de comunidades indígenas, o sistema de impostos, de distribuição de terras devolutas, a construção de ferrovias, o fluxo migratório intenso, foi fundamental para a expansão capitalista e a consequente introdução de fazendas capitalistas altamente produtivas. A forma violenta de superação da economia camponesa também foi exemplificada pela Guerra dos Bôeres entre a Inglaterra e a África do Sul (p.58-60).

Portanto, Rosa buscou compreender, a partir do problema da reprodução do capital social total, a relação entre o domínio da forma social capitalista sobre as formas não capitalista de maneira dinâmica e transitória. Sua tese é a de que o processo de interação entre as formas levaria a destruição paulatina das formas econômicas não capitalistas pelas formas capitalistas, baseada na violência, e incorporação das mesmas na lógica de reprodução ampliada do capital, a partir da introdução da economia mercantil simples, e posteriormente a partir da própria lógica capitalista mesma.

“Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína destas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece de meio nutriente, à custa da qual a acumulação se realiza por absorção. Considerado historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalista e não capitalista. Sem esse modo a acumulação não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação de capital não pode existir sem as formações

capitalistas, nem permite que elas sobrevivam ao seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos de produção” (Luxemburg, R.; 1984b:63).

O problema da reprodução do capital social total seria permanentemente contornado enquanto ainda existissem formações sociais não capitalistas espalhadas pelas regiões do planeta. E o problema se intensificaria quando estas regiões e formações sociais passassem a se tornar paulatinamente mais escassas.

4.4. O Imperialismo Enquanto Expressão Histórico-Contemporânea do Problema da Reprodução do Capital Social Total.

Após expor a resolução do problema da reprodução do capital social total a partir da interação entre formas de produção capitalistas e não capitalistas, Rosa passou a analisar a expressão deste problema no momento histórico em que vivia. Para a autora o imperialismo seria a “expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (1984b:83). Seria uma fase de extrema concorrência entre os capitais altamente desenvolvidos oriundos dos países capitalistas avançados na busca da conquista de áreas ainda não penetradas pelas forças do capital (p.65).

Baseado no extremo desenvolvimento das forças produtivas estes capitais se digladiariam de modo a conquistar sociedades e regiões distantes, empregando métodos de violência e vínculos de dependência específicos, tais como guerras, revoluções, desenvolvimento do militarismo, construção do aparato fiscal e financeiro estatal moderno e dependente, financiamento externo, construção de infraestrutura moderna com capital internacional. Por detrás deste movimento encontrar-se-ia a necessidade do capital de destruir formações sociais não capitalistas e criar um aparato estrutural (econômico) e superestrutural (político, jurídico e social), necessário à expansão das relações de produção capitalista.

“Na realidade, a violência política é apenas o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital. Este não vem à luz apenas ‘gotejando por todos os poros sangue e imundice’, mas vai-se impondo dessa forma, preparando terreno, em meio a convulsões cada vez mais violentas, a própria ruína” (1984b:87).

A catástrofe anunciada seria o reflexo dos limites do próprio capital quando este alcançasse e transformasse todas as formas de produção não capitalista. Não podendo existir sem outras formas de produção, a reprodução do capital social total entraria em colapso, não havendo mais espaço para a

ampliação da acumulação de capital. A catástrofe social, política e econômica, baseada no problema da reprodução social total do capital, seria a base objetiva e subjetiva para ascensão do projeto socialista.

5. Considerações Finais.

A análise detalhada da “*A Acumulação de Capital*” de Rosa Luxemburg foi necessária para o entendimento das reais questões e problemáticas levantadas pelo livro. De forma sintética podemos concluir que o objeto de estudo dela é a reprodução do capital social total. A problemática subjacente é: como essa reprodução se processa em seu espiral continuamente crescente (apesar das crises) a partir dos limites impostos pelo caráter contraditório das relações de produção, uma vez que a reprodução ampliada do capital levaria uma ampliação da necessidade de meios de produção (recursos naturais), força de trabalho, e da realização crescente da mais-valia adicional, limitado pelo caráter antagônico das relações sociais de produção e distribuição da sociedade burguesa? A resposta apresentada pela autora foi: o caráter permanentemente expansivo da reprodução do capital social total é possível, historicamente, a partir da destruição e incorporação paulatina de formas de produção não capitalistas, realizadoras da mais-valia adicional e fornecedoras dos meios de produção (recursos naturais e matérias-primas) e força de trabalho.

Portanto, o problema apontado por Rosa não pode ser confundido com o problema do subconsumo (parcial ou total da sociedade), nem como um problema somente de realização. O problema da reprodução do capital social total também não pode ser entendido como um simples problema de insuficiência de demanda efetiva a partir do antagonismo entre os limites da economia capitalista nacional os mercados externos não capitalistas.

Por fim, vale ressaltar que a teoria da reprodução do capital social total de Rosa não é construída a partir dos esquemas de reprodução de Marx. Sua teoria é construída a partir da crítica frente ao debate quanto à possibilidade ou não da acumulação de capital pela economia política clássica e russa. No que se refere a Marx, a autora levanta os limites para o entendimento do problema da reprodução do capital social total a partir das abstrações e de diversas fórmulas apresentadas pelo autor em “*O Capital*”.

Portanto defendemos a tese de que o recorte temporal e geográfico da autora não é conjuntural, nem nacional nem macroeconômico. Trata-se de um recorte de escala mundial e de tempo de longa duração, a lá Braudel⁸. Enquadrá-la dentro destas primeiras perspectivas é reduzir todo o potencial teórico e histórico da sua tese, facilitando sua desconstrução pelo debate abstrato quantitativo (mais ou menos gasto, investimento, distribuição de renda, consumo).

⁸ Ver Braudel, F., 2005.

6. Bibliografia.

- BRAUDEL, F. (2005). “*História e Ciências Sociais. A Longa Duração*”; In: Braudel: “Escritos sobre a História”; tradução: J. Guinburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. – São Paulo, Perspectiva.
- BUKHÁRIN, N (1972). “*Imperialismo e Acumulação de Capital*”. In: Tarbuk, K. (org). “Imperialismo e Acumulação de Capital” – Lisboa: Edições 70.
- CARCANHOLO, M. D (2007). “*Apontamentos Críticos sobre a Teoria da Crise em Rosa Luxemburgo*”. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels.
- KALECKI, Michal (1977). “*Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*”. Organização, introdução e tradução: Jorge Miglioli. São Paulo, HUCITEC.
- LUKÁKS, G. (1923) “*The Marxism of Rosa Luxemburg*”. In: Lukács. G. “History and Class Consciousness”. Disponível on-line: <https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/history/ch02.htm>.
- LUXEMBURG, R. (1984a). “*A Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*”. Vol I – São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1984b). “*A Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*”. Vol II – São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1984c). “*Anticrítica*”. In: Luxemburg, R. “*A Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*”. São Paulo: Abril Cultural.
- MAZZUCHELLI, F. (2004). “*A Contradição em Processo: O Capitalismo e suas Crises*”. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia – IE, Campinas - SP.
- PERERIRA, BRESSER (1985). “*Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*”. Resenha de Miglioli, Jorge, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985. Publicada na *Revista de Economia Política* 5 (3), julho 1985: 151-153.
- ROBBINSON, J. (1951). “*Introduction*”. In Luxemburg, R. “*Accumulation of Capital*”. Routledge and Kegan Paul LTDA, London.
- ROLSDOLSKY, R. (2001). “*Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*”. Editora Contraponto, Rio de Janeiro – RJ.
- SINGER, P. (1984). “*Introdução*”. In: Luxemburg, R. “*A Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*”. Vol I – São Paulo: Abril Cultural.
- SWEEZY, P. (1967). “*Teoria do Desenvolvimento Capitalista*”. Ed. Zahar, Rio de Janeiro – RJ.